

fundamento das suas prerrogativas, assim como a fonte de seus deveres. A administração não tem fins próprios, mas busca na lei, assim como, em regra não tem liberdade, escrava que é do ordenamento.

O Princípio da Legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os As Autoridades Coatoras devem atuar sempre conforme a lei o que não o fizeram no referido certame. Assim, o administrador público não pode, mediante mero ato administrativo, como o ocorrido, conceder direitos como o fizeram autorizando a utilização de robôs no certame sem qualquer previsão em edital.

Por fim, esse princípio é vital para o bom andamento da administração pública, sendo que ele coíbe a possibilidade do gestor público agir por conta própria conforme agiram as Autoridades Coatoras o que abre brechas para uma clara corrupção no sistema. Portanto medida que se impõe e a procedência do presente mandamus, com a concessão da segurança que aqui é postulada de forma a anular o presente certamente tendo em vista a inconteste fraude praticada pelo licitantes que fraudou o certame com a utilização de softwares de robôs.

4.3 CONCLUSÕES FINAIS

Postulamos ao nobre julgador que reconheça que esses programas computacionais podem reverter o resultado do certame em seus momentos finais, por uma diferença de centavos, sem que os demais licitantes tenham tempo hábil de esboçar qualquer reação, conforme todo arcabouço de provas apresentado nos autos.

Sabemos que a licitação tem por objetivo alcançar como resultado a economicidade e o melhor serviço prestado ou produto fornecido (eficiência) e, para isto, a Administração Pública deve através do procedimento licitatório estabelecer **a igualdade de condições** e consequentemente fomentar a competitividade entre os interessados, a fim de atingir o melhor resultado possível que lhe ofereça a vantagem desejada em um contrato de compra ou prestação de serviço.

Ao dispor acerca da organização do Estado, no Título III, o constituinte reservou ainda um Capítulo todo para versar sobre a Administração Pública, destacando no art. 37, inciso XXI que: